

Maria Carolina Maldonado Mendonça Kraljevic

TRIBUTAÇÃO DA RECEITA

**Parâmetros, Limites Constitucionais
e Aspectos Controversos**

Apresentação do Prof. Carlos Augusto Daniel Neto
Prefácio do Prof. Roque Antonio Carrazza

Curitiba
Juruá Editora
2021

Visite nossos *sites* na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: editora@jurua.com.br

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-65-5605-482-7

JURUÁ
EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil
Europa – Rua General Torres, 1.220 Lojas 15 e 16 Fone: (351) 223 710 600
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Emani de Carvalho Pacheco

K89 Kraljevic, Maria Carolina Maldonado Mendonça.
Tributação da receita: parâmetros, limites constitucionais e aspectos controversos./ Maria Carolina Maldonado Mendonça Kraljevic./ Curitiba: Juruá, 2021.
198p.; 21,5cm

1. Direito tributário. 2. Receita – Tributação. I. Título.

CDD 343.04 (22.ed)
CDU 336.2.022

000040

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS	19
INTRODUÇÃO.....	21
1 O SISTEMA CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO COMO LIMITE À TRIBUTAÇÃO	25
1.1 CARACTERÍSTICAS DO SISTEMA CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO.....	25
1.2 REGRAS DE COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA	29
1.3 REGRAS DE IMUNIDADE TRIBUTÁRIA.....	35
1.4 PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS.....	41
1.4.1 Princípios Republicano, Federativo e da Autonomia dos Municípios.....	43
1.4.2 Princípio da Legalidade	44
1.4.3 Princípio da Igualdade e seus Corolários (Capacidade Contributiva e Não Confisco).....	46
1.4.4 Princípios da Anterioridade e da Irretroatividade	55
1.4.5 Princípio da Segurança Jurídica como “Sobreprincípio” Constitucional Tributário.....	55
1.5 DIREITOS FUNDAMENTAIS DOS CONTRIBUINTES.....	59
2 CONCEITOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS.....	63
2.1 NOTAS INTRODUTÓRIAS	63
2.2 DIFERENÇAS ENTRE TIPOS E CONCEITOS.....	65
2.3 NATUREZA CONCEITUAL DOS TERMOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS	70

2.3.1	Incompatibilidade entre os Tipos e as Características e a Estrutura das Regras de Competência Tributária.....	72
2.3.2	Método Conceitual como Alternativa que Melhor Privilegia o Princípio da Segurança Jurídica.....	74
2.3.3	As Atribuições da Lei Complementar em Matéria Tributária Não Afetam a Natureza Conceitual dos Termos Contidos na Constituição Federal.....	75
2.3.4	A Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (Nem Sempre) Favorável ao Método Conceitual.....	77
2.4	MÉTODO PARA IDENTIFICAÇÃO DE CONCEITOS INCORPORADOS PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.....	80
2.5	CONCLUSÕES PRÉVIAS ACERCA DA INFLUÊNCIA DO SISTEMA CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO NA IDENTIFICAÇÃO DO CONCEITO DE RECEITA TRIBUTÁVEL.....	86
3	DEFINIÇÕES POSSÍVEIS DE RECEITA.....	91
3.1	DELIMITAÇÃO TEMPORAL DA ANÁLISE.....	91
3.2	DEFINIÇÃO NA CONTABILIDADE.....	92
3.3	DEFINIÇÃO NO DIREITO FINANCEIRO.....	95
3.4	DEFINIÇÃO NO DIREITO COMERCIAL.....	97
3.5	DEFINIÇÕES NO DIREITO TRIBUTÁRIO.....	99
3.5.1	Receita Tributável na Legislação.....	100
3.5.2	Receita Tributável na Doutrina.....	105
3.5.3	Receita Tributável na Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.....	110
4	CONCEITO DE RECEITA TRIBUTÁVEL.....	123
4.1	CARACTERÍSTICAS POSSÍVEIS DO CONCEITO DE RECEITA TRIBUTÁVEL.....	123
4.2	O VOCÁBULO “RECEITA” NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.....	126
4.3	O CONCEITO DE RECEITA TRIBUTÁVEL A PARTIR DO SISTEMA CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO.....	132
4.3.1	Receita como Ingresso de Recursos Financeiros ou Lançamentos Contábeis a Crédito.....	133

4.3.2	Receita como Acréscimo Patrimonial ou Incorporação de Elemento Novo e Positivo ao Patrimônio.....	137
4.3.3	Receita como Algo que Passa a Pertencer com Definitividade à Entidade.....	139
4.3.4	Receita Limitada ou Não à Remuneração ou Contraprestação por Atividades Realizadas pela Entidade.....	144
4.3.5	Receita como Algo que Independe da Classificação Contábil ou da Atividade Desempenhada pela Pessoa Jurídica.....	146
4.3.6	Receita como Algo Diverso da Recuperação do Ônus Econômico de Imposto Pago em Operações Anteriores	148

5	QUESTÕES CONTROVERSAS ENVOLVENDO O CONCEITO DE RECEITA TRIBUTÁVEL.....	151
5.1	TRIBUTOS QUE INCIDEM SOBRE A RECEITA.....	151
5.2	TRIBUTAÇÃO DA RECEITA EM RAZÃO DA REDUÇÃO DE PASSIVOS: O PERDÃO DE DÍVIDAS E A INCLUSÃO DE DÉBITOS EM ANISTIA	154
5.3	TRIBUTAÇÃO DA RECEITA EM RAZÃO DE TRANSFERÊNCIAS PATRIMONIAIS OU BENEFÍCIOS FISCAIS: AS SUBVENÇÕES.....	158
5.4	TRIBUTAÇÃO DA RECEITA EM RAZÃO DA TROCA DE ATIVOS: A PERMUTA.....	163
5.5	TRIBUTAÇÃO DA RECEITA EM RAZÃO DA RECOMPOSIÇÃO PATRIMONIAL: AS INDENIZAÇÕES	168
5.6	TRIBUTAÇÃO DA RECEITA EM RAZÃO DO REGISTRO DO CRÉDITO CONTRA O COMPRADOR OU TOMADOR DE SERVIÇO.....	174
	CONCLUSÕES	177
	REFERÊNCIAS	181
	ÍNDICE REMISSIVO.....	191